



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO REITOR JOÃO DAVID FERREIRA LIMA - TRINDADE  
CEP 88040-900 - FLORIANÓPOLIS - SC  
TELEFONE (48) 3721-4131  
[ppgas.posgrad.ufsc.br](http://ppgas.posgrad.ufsc.br) / [ppgas@contato.ufsc.br](mailto:ppgas@contato.ufsc.br)

## ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COLEGIADO DE CURSO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

Ata da 5ª reunião ordinária, realizada no dia 18 de maio de 2022, às 13h30min, por videoconferência.

Ao décimo oitavo dia do mês de maio de dois mil e vinte e dois, na sala de reunião da plataforma de conferência remota Google Meet, reuniu-se, em caráter ordinário, o Colegiado de Curso de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), com a presença da professora Viviane Vedana, Coordenadora do PPGAS, da Subcoordenadora Flávia Medeiros Santos, além dos professores credenciados no PPGAS, Jeremy Paul Jean Loup Deturche, Maria Eugênia Dominguez, Alinne Bonetti, Antonella Maria Imperatriz Tassinari, Evelyn Schuler Zea, Edviges Marta Ioris, Letícia Cesarino, Gabriel Coutinho Barbosa, Bruno Reinhardt, Alexandra Alencar e Rafael Victorino Devos. Os professores Scott Head, Márnio Teixeira, e José Kelly, e a professora Vânia Zikan estavam afastados. Estiveram presentes os representantes discentes Fábio Alex, Thiago Santana e Ollivia Maria. **Inclusão de Pauta:** A coordenadora solicita a inclusão de ponto de pauta proposto pela professora Edviges Ioris sobre a Comissão de regimentos e procedimentos institucionais. A coordenadora sugere que este ponto fique depois dos pontos de aprovação de bancas. Todos concordam com a inclusão. Não havendo mais inclusões, a coordenadora coloca a pauta da reunião em aprovação. A pauta é aprovada pelos presentes. **Informes:** A professora Edviges informa sobre o a mudança de nome do NEPI para Arandu – Laboratório de Estudos em Etnologia, Educação e Sociobiodiversidade. Arandu é um termo guarani e tem muitas traduções, mas que trata principalmente da questão do aprender, aprender com o tempo, com a experiência. A mudança ocorre depois de 25 anos de atuação do NEPI. O professor Rafael Devos informa que o Marque irá reinaugar o pavilhão de exposições no dia 27 de maio e que o museu conseguiu superar algumas dificuldades que vinha enfrentando nos últimos anos. Menciona uma exposição de arqueologia que vai estar aberta para visitação e outra mais voltada para o público escolar sobre a história do museu. Além disso, outras atividades estão acontecendo, como consultas para pesquisadores, visitas com turmas que serão divulgadas em breve, são atividades que os docentes podem realizar em parceria com o Marque. A professora Evelyn informa que saiu o resultado do PRINT Capes e menciona que uma das alunas de doutorado, Virgínia Squizani Rodrigues, do PPGAS foi contemplada com seis meses de bolsa Sanduíche. Além disso, a professora informa que abriu um novo edital com as vagas remanescentes, com inscrições até o dia 16 de setembro. A Coordenadora lembra que a Professora Evelyn também foi contemplada com uma bolsa neste mesmo edital, como professora visitante e parabeniza a professora Evelyn. O professor Gabriel pergunta se esse edital que abriu agora com as vagas remanescente é para saída no ano de 2023. A professora Evelyn informa que esse novo edital é para saída em janeiro de 2023. A coordenadora informa que para o segundo semestre de 2022 permanecerão as regras de que 20% do conteúdo das

disciplinas podem ser realizadas de maneira remota. A professora lembra que os planos de ensino destas disciplinas precisam ser aprovados no colegiado. O informe seguinte é sobre os recursos PROAP, que foram liberados e que nosso plano de trabalho para o uso desta verba já pode ser executado. A coordenadora informa que já há um edital de auxílio a campo para os alunos que em breve será divulgado e que está em preparação um edital de auxílio a eventos para docentes. A coordenadora informa que ainda não sabe como será a compra de passagens pois a secretaria está em greve e ainda não há outro técnico para substituir Ricardo Pereira que pediu remoção para o Programa de Pós-Graduação em Desastres Naturais. A professora lembra que para cada um dos editais de auxílio serão formadas comissões para avaliação dos pedidos. A coordenadora informa ainda sobre o Projeto Institucional do PPGAS enviado ao CNPq para pedido de bolsas de mestrado e doutorado. O projeto foi enviado no dia 06 de maio e todos os professores do colegiado fazem parte da equipe. Ainda no assunto bolsas, a professora informa que em negociação com o IBP o PPGAS foi contemplado com 4 bolsas DTI para alunos de mestrado. A bolsa é de 24 meses, mas tem valor menor do que as bolsas de mestrado da CAPES e CNPq. Também foram disponibilizadas 5 bolsas de doutorado, que são bolsas de 18 meses e tem o valor um pouco maior do que as bolsas de doutorado da CAPES e do CNPq. A professora lembra que as bolsas são destinadas a alunos que tem orientação de pesquisadores vinculados a rede do IBP. O professor Rafael Devos complementa a informação mencionando que estas bolsas DTI são bolsas técnicas, que possuem um plano de trabalho específico, não é uma bolsa de formação. Mesmo assim, a implementação das bolsas do IBP segue o ranking elaborado pela comissão de gestão para os pedidos de bolsa. A coordenadora informa também que a PROPG lançou um edital de bolsas emergenciais de oito meses. O PPGAS só pode pedir bolsa de doutorado nesse edital. Outro informe é sobre a aprovação do projeto “Impactos sociais, políticas públicas e estratégias locais de enfrentamento à pandemia de Covid-19: saúde, proteção social e direitos - uma abordagem interdisciplinar a partir das ciências humanas”, coordenado pela Profa. Sônia Maluf e com a participação de Flávia Medeiros e Viviane Vedana. A coordenadora explica que este projeto também prevê a distribuição de algumas bolsas. Um último informe é sobre o lançamento do livro da aluna Tatiane Cerqueira cuja divulgação foi enviada para todos. O lançamento vai ocorrer no dia 28 de maio na livraria Livros e Livros. **1. Comissão de Ensino:** parecer da comissão:

**Requerimento de validação de curso de leituras**

<b>Discente</b>	<b>Parecer comissão</b>
Brenno Demarchi	Favorável
Kauana Neves	Favorável

**Requerimento de Prorrogação de Matrícula**

<b>Discente</b>	<b>Parecer Orientação</b>	<b>Parecer Comissão</b>
Jonas Valério	Favorável	Favorável (notificar que faltam dois créditos)
Elaine da Silva	Favorável	Favorável

**Solicitação de prorrogação de qualificação de tese de doutorado**

<b>Discente</b>	<b>Parecer Orientação</b>	<b>Parecer Comissão</b>
Diogo de Oliveira	Favorável	Submeter ao colegiado

### Requerimentos de Estágio de Docência

Discente	Parecer Orientação	Parecer Comissão
Gabriel Dario Lopez	Favorável	Favorável

### Validação de Créditos

Discente	Parecer Orientação	Parecer Comissão
Ivan Tadeu Gomes	Favorável	Favorável

O professor Bruno explica que a comissão resolveu submeter a solicitação de prorrogação de qualificação do discente Diogo de Oliveira, mesmo que ele e o prof. Rafael estivessem favoráveis ao pedido para evitar que o aluno jubilasse e pudesse tentar recuperar ou refazer os vínculos dele em campo, pois a profa. Antonella discordou da aprovação por considerar possível que esta prorrogação levasse a algum tipo de conflito entre as representações políticas institucionais do povo Guarani e as lideranças locais com as quais o aluno pesquisa. O professor Bruno Reinhardt pede que a professora expusesse suas discordâncias. A professora comenta que o pedido recebido para prorrogação está assinado pela comissão de orientação, comporta pela profa. Jean Langdon, Prof. Rafael Devos e Prof. Jeremy Deturche. A justificativa do pedido menciona o fato de um dos membros da banca de qualificação inicial – que deveria ocorrer em dezembro de 2021 – ter ficado doente na ocasião da primeira banca e que em seguida houve um questionamento da pesquisa e então a comissão de orientação solicita a renovação dos termos de consentimento da pesquisa. A professora menciona que é contra essa solicitação de renovação do consentimento, mas não contra a prorrogação da qualificação. A professora discorda da justificativa pois está reconhecendo a negativa da comissão Yvyrupa pois sabe-se que não existe um grupo homogêneo que responde pelos indígenas e isso dificulta a atuação das associações. As associações existem neste esforço e se alguma decisão é tomada pelas associações é fruto de um esforço de consenso. A professora considera que é antiético solicitar que o discente renove essas autorizações da parte das lideranças com as quais ele trabalha. Então, a professora considera que ele precisa renovar as relações com a comissão Yvyrupa ou então é preciso mudar o tema da tese. Neste caso o pedido seria justificado a partir de uma mudança temática. A professora considera que o discente deveria ser estimulado a mudar o tema e não continuar com a pesquisa. O professor Jeremy pede a palavra e considera que podemos aprovar o parecer da comissão e depois passar ao ponto da submissão do pedido do discente Diogo de Oliveira. A coordenadora coloca o parecer em aprovação e o parecer é aprovado. O professor Jeremy retoma a palavra e diz que gostaria de defender o processo que a comissão de orientação colocou em prática. O professor comenta que o discente tem quatro aprovações escritas de autorização de pesquisa de quatro lideranças das aldeias onde trabalha e considera que não se pode negar ou desconsiderar estas autorizações. Os acontecimentos posteriores podem colocar estas autorizações, que são de 2019 em questão, e por este motivo a comissão de orientação solicitou que estas autorizações sejam renovadas. O professor considera que solicitar a autorização apenas de uma outra entidade, no caso a comissão Yvyrupa, é uma ação de desautorização das quatro primeiras autorizações e considera que isso não pode ser feito, vê como um problema ético desconsiderar as lideranças que são interlocutoras da pesquisa. O professor relembra que a comissão Yvyrupa endereçou a carta ao discente, dizendo que ele não poderia fazer mais a pesquisa, portanto, é o discente que deve resolver a situação, ele deve trazer as informações, os documentos, as comunicações com as comunidades e seus representantes afirmando que ele pode ou não continuar a pesquisa com

o campo que ele tem. Segundo o professor, estas autorizações não poderiam ser apenas da Comissão Yvyrupa, para não desconsiderar as autorizações já existentes. Caso ele não tenha autorização ou a renovação das autorizações, aí sim, seria necessário a reconfiguração da pesquisa. No caso das autorizações concedidas, o professor não considera certo nos colocarmos em uma posição de dizer quem é legítimo ou não para dar autorização a ele. O professor considera que o correto é o discente apresentar as autorizações de todos, tanto os diálogos com as lideranças com as quais trabalha, como os diálogos com a Yvyrupa devem ser considerados. O professor considera que não é possível dizer qual a legitimidade maior de uma autorização em relação a outra, neste caso sim criaria um conflito ético. O professor não considera que o colegiado deva aprovar a prorrogação pois o discente ainda não apresentou toda a documentação e em caso de não aprovação ele pode submeter novamente o pedido, com todos os documentos necessários e caso não consiga estas autorizações aí sim, reordenar a pesquisa. Afirma ainda que assinou o pedido pois considera que este é o procedimento a ser feito regimentalmente. A professora Antonella comenta que pelo código de ética da ABA as autorizações podem ser retiradas a qualquer momento. Ela considera que se a comissão que é supra, ou seja, abarca todas as lideranças diz que não pode, então isso anula as autorizações anteriores. Ela comenta que foi isso que ela passou em campo no Oiapoque. A coordenadora toma a palavra e diz que há uma fila de inscrições a ser respeitada. O professor Jeremy responde que se refere a uma possível mudança do protocolo, mas que neste caso as lideranças que deram a primeira autorização precisariam se referir a Yvyrupa como a instância que deve renovar ou não as autorizações, mas isso teria que ser sancionado pelas lideranças que inicialmente deram a autorização. O professor Rafael Devos pede a palavra e sugere um encaminhamento para esse primeiro ponto. Ele comenta que concorda com a proposta do Jeremy de negar o pedido solicitando uma justificativa mais elaborada, tendo em vista que isso é o que deve ser feito com qualquer estudante. Considera que é saudável que o colegiado solicite uma justificativa mais extensa, não somente para este caso, mas para outros pedidos de prorrogação no futuro. Comenta que muitas vezes nos pedidos de prorrogação as orientações apenas assinam o pedido, sem maiores justificativas, e que para a comissão de ensino é muitas vezes difícil lidar com estes casos, e que já houve outros casos em que a comissão negou o pedido e indicou uma nova submissão pelo discente. O professor comenta que é favorável a negação do pedido, para que seja submetido novamente com documentação apropriada. O professor comenta que em termos de procedimento é isso que precisa ser feito, documentar os pedidos e as avaliações da comissão de ensino e do colegiado. Em relação à renovação das autorizações, o tempo solicitado é justamente para o discente tentar resolver o impasse, contatando tanto as lideranças que deram as autorizações previamente quanto a Comissão Yvyrupa. O professor considera que tentar resolver os impasses da pesquisa é tarefa do pesquisador, e o ponto é a tentativa de encaminhar formalmente este processo como registrado no pedido de prorrogação. A sugestão de encaminhamento do professor é negar o pedido solicitando mais esclarecimentos e a justificativa do pedido com os documentos de renovação das autorizações. A coordenadora concorda com o encaminhamento, mas considera importante ouvir os outros colegas que estão inscritos. A professora Edviges toma a palavra e comenta que o mais importante é de se colocar a discussão anterior a esta sobre a prorrogação, considera que não se deve decidir nada em relação ao discente. A professora comenta que tem reforçado várias vezes o seu compromisso com os indígenas. A professora considera que não se parou para pensar e refletir, sobre evento ocorrido em 2018 quando alunos negros e indígenas, manifestaram-se no saguão do CFH sobre a "antropologia da UFSC" querer ir para as aldeias estudar, mas não querer os indígenas dentro da universidade, algo que considerou triste ouvir e que está se reproduzindo novamente. A professora alega que há uma desconsideração em relação aos indígenas que não foram ouvidos e não foram chamados a falar. A professora comenta que a comissão que estava tratando das questões em tela foi extinta sem que ela

soubesse, pois, parte da comissão já era parte da comissão de orientação, sem que todos soubessem como se davam os encaminhamentos. A coordenadora pede que a professora Edviges se mantenha no ponto de pauta sobre a prorrogação ou não, já que há um ponto específico sobre a comissão que será discutido. A professora Edviges diz que não. A coordenadora insiste que os pontos de pauta foram acordados no início da reunião, que já houve inclusive uma sugestão de encaminhamento para este ponto. A professora Edviges diz que tentará resumir e trazer mais questões e depois retoma. Ela acha que os indígenas foram calados nessa história. A professora questiona a ideia de uma comissão de orientação, que é a primeira vez que ela vê isso neste colegiado. Quanto a autorização, ela comenta que o consentimento pode ser cancelado a qualquer momento. A professora considera que o colegiado não deveria estar discutindo essa legitimidade da manifestação da Comissão Yvyrupa. Ela considera que há desconhecimento sobre a organização sociopolítica espacial dos Guarani, pois esses estão sempre em movimento nos territórios, e com isso tem dúvidas de que o discente volte as aldeias e encontre as mesmas lideranças lá. Por isso considera que qualquer autorização pode ser rompida a qualquer momento. A professora considera que esta questão nem deveria ter vindo para o colegiado, um aluno que tem uma rejeição de pesquisa não deve continuar. A professora comenta que a comissão endereçou a carta ao discente, mas que enviou o e-mail para a coordenação com a carta. A professora Antonella toma a palavra e diz que é importante respeitar a experiência que ela e a professora Edviges tem com essa população e que elas devem ser ouvidas, que é preciso ouvir as pessoas que trabalham com determinadas populações em cada caso. Diz que suas falas não devem ser cerceadas nem remetidas a pauta, mas que as experiências devem ser valorizadas, senão corremos o risco de achar que todo mundo pode falar de qualquer coisa. A professora diz que gostaria de ouvir a professora Evelyn também para se entender o significado de uma comissão como a Yvyrupa, pois considera que isso não está claro para o colegiado. A comissão Yvyrupa chegou à conclusão, em conjunto, que a fala do discente está nociva para eles. O PPGAS se constrói engajado com as lutas indígenas e é triste ver que isso está mudando por detalhes como esse de que a carta não foi dirigida ao PPGAS, que está deixando o caráter burocrático tomar conta da decisão. A professora sugere que o colegiado deveria orientá-lo a falar sobre outra coisa. O trabalho do discente tem um apanhado sobre história e isso pode ser o caminho para a tese, o que ele está colhendo é fruto do que ele fez e não é possível protegê-lo dele mesmo. A comissão de orientação deveria orientá-lo a mudar de projeto. Sugere que o encaminhamento é negar o pedido para que reorienta a tese. A professora considera que a área de etnologia indígena está desprestigiada no programa e que corremos o risco de ser um programa que não respeita os indígenas. O professor Gabriel toma a palavra após a fala da professora Antonella. O professor pergunta qual a relação das comunidades com as quais o discente trabalha e deram anuência, com a comissão Yvyrupa. O professor diz que pergunta como ex-etnologo, porque há situações de conflito ou não, então essa seria uma primeira questão. O professor também comenta que não considera que o PPGAS está silenciando os indígenas e nem deixando de reconhecer o que foi colocado pela Comissão Yvyrupa, a prova disso é que foi criada uma comissão e que estamos discutindo este tema pela terceira ou quarta vez no colegiado, portanto de fato, a questão está sendo levada a sério. A última coisa que o professor tem a dizer é que, se entendeu bem, a proposta feita pelo professor Rafael seria negar o pedido de prorrogação para o discente re-submeter o pedido, a partir das negociações com as lideranças e a comissão Yvyrupa. No chat, a professora Edviges comenta que a última assembleia da comissão Yvyrupa foi nas aldeias do Oeste do Paraná. O professor Jeremy retoma a palavra e comenta que sua fala inicial não foi compreendida e pretende esclarecer. O professor reforça que não quer dizer quem é legítimo para dizer com quem o discente pode ou não pode trabalhar, são os próprios indígenas que devem dizer isso. O professor comenta que não se sente, enquanto antropólogo, na capacidade de dizer quem é legítimo neste caso e é por isso que precisamos ter as informações

da negociação feita pelo discente. Neste sentido, não considera correto ouvir apenas um dos atores políticos e desprezar os outros. A comissão Yvyrupa é tão importante quanto as outras pessoas que deram a autorização inicial. Não é nosso papel dizer quem é legítimo para falar em nome de quem. Neste sentido, a única decisão que podemos tomar é administrativa e para isso precisamos de alguns documentos e por isso a solicitação da comissão de orientação da renovação de consentimento. Se o consentimento agora passa pela Comissão Yvyrupa, então ela vai negar nos termos que o processo administrativo vai compreender, é apenas isso. A decisão que vamos tomar aqui tem sim impactos administrativos e e por isso a importância de conduzir o processo de forma correta. Não nos cabe dizer quem é legítimo lá fora, nós temos que ver é como funcionam nossos processos. O professor Bruno comenta que entende a preocupação das professoras Edviges e Antonella, mas que compreende também que a postura do Jeremy é institucional e que precisamos compreender que se trata de um caso no sentido formal, que pode incluir outros casos. No sentido mais propositivo, o professor comenta que a prorrogação é um tempo para que o discente tente recuperar vínculos com os interlocutores. No caso de negativa ele precisaria trazer os documentos necessários ou pedir a prorrogação com nova justificativa, relacionada a mudança de tema. O professor então afirma que negar agora não seria tirá-lo do curso, ele ainda teria chance de prorrogar. O professor comenta que poderíamos especificar os tipos de autorização que ele precisaria informar ao colegiado e que lhe parece que o discente está com a disposição de sanar essa situação e recompor estes vínculos. Neste sentido, o professor pergunta quais as condicionantes que poderíamos colocar à prorrogação e à defesa no que diz respeito aos consentimentos de pesquisa, buscando de certa forma controlar o processo de finalização, inclusive solicitando que a tese fosse submetida a comissão antes da defesa. A coordenadora comenta que essa foi a negociação da comissão que orienta o discente com ele. A professora afirma que não se trata apenas de lideranças reassinarem um documento que já assinaram anteriormente, se trata de fato de um processo de negociação de refazer os laços de campo ou a tese não teria condições de prosseguir. Essa negociação inclui instâncias mais abrangentes do que aquelas das aldeias com as quais ele está pesquisando, ou essa tese é inviabilizada. A coordenadora comenta que o discente está ciente deste acordo com a comissão de orientação. A professora Evelyn diz que não tem acompanhado o assunto e que não ficou claro para ela sobre a mudança ou não de temática da tese. A professora diz que não seria correto se colocar como especialista na pesquisa com o povo guarani, há vários professores do colegiado que pesquisam com este povo e sua inserção se deu via Licenciatura Indígena. Considera que é importante ter esse momento da escuta, pois tem obviamente um antes e depois das informações que circularam tanto com a carta da ABIA quanto da Comissão Yvyrupa. Reafirma que não ficou claro para ela sobre a mudança da temática da tese, pois achou que havia um consenso sobre isso. Considera complicado fomentar desentendimento entre a Comissão Yvyrupa que está reunida em São Paulo e a última informação que teve é que haveria um grupo do Oeste do Paraná que iria falar sobre este ponto, mas que não sabe dizer qual foi a conversa entre a comissão Yvyrupa e as lideranças do Oeste. A professora acha que teríamos que acompanhar essa conversa. Ela pergunta como a comissão de orientação tem trabalhado e se tem acompanhado esse movimento da Yvyrupa com essas lideranças. A professora neste sentido concorda com o encaminhamento feito pelo professor Rafael. O professor Rafael responde que estão justamente neste processo, que não há um ponto final ainda, que provavelmente vai demorar para chegar a solução desta questão. Explica que o que o aluno já havia mencionado na comissão de acompanhamento que estava também constrangido de causar qualquer conflito entre as lideranças do Oeste do Paraná e a Comissão Yvyrupa. O professor Rafael comenta que o discente mencionou a Assembleia que a professora Antonella postou no chat da reunião e também as reuniões que ocorreriam no Oeste do Paraná com as lideranças e a Yvyrupa. Segundo o aluno, ele já havia conversado com as lideranças Ava-Guarani, que também têm suas instâncias de representação específicas, e que ele também

já estava buscando um diálogo com a comissão Yvyrupa. A professora Jean Langdon, principal orientadora, considerou que esse era um encaminhamento possível, ou seja, buscar a renovação dos consentimentos da pesquisa e foi isso o acordado com o discente. A decisão da orientação foi que o pesquisador ele mesmo pudesse resolver essa situação. O professor considera ainda que ninguém está sendo silenciado, que o colegiado apenas está buscando seguir os procedimentos corretos, sem acelerar os processos. O professor Rafael pondera ainda que seria o caso de uma conversa com a comissão Yvyrupa, caso ceitassem a realização da pesquisa. O professor Bruno concorda, afirmando que uma vez negado ao aluno a continuidade pela comissão Yvyrupa, após suas tentativas de renegociação, não seria o caso de chama-los pois o assunto estaria encerrado. E apenas se aceitem a continuidade da pesquisa é que deveríamos propor uma conversa para saber sobre essa continuidade. A professora Edviges retoma a palavra e responde ao questionamento anterior do professor Bruno, e menciona que entendeu que o discente não está disposto a mudar de tema. A professora Edviges reafirma que a comissão Yvyrupa deve ser ouvida, para um diálogo para essa questão. Retoma que os Guarani disseram não e que enquanto não houver outra decisão não é possível seguir com o mesmo tema de pesquisa. Considera que a postura do colegiado nesta reunião serve para embasar a comissão de orientação, no sentido do colegiado se negar a apoiar uma pesquisa que não tem o apoio dos interlocutores. A professora cita outro caso ocorrido no PPGAS, de uma aluna cuja interlocutora negou a continuidade da pesquisa e se deu oportunidade para a aluna refazer sua pesquisa. A questão fundamental é ter o consentimento dos interlocutores para a pesquisa. A coordenadora retoma a palavra para dar andamento a votação do encaminhamento sugerido pelo professor Rafael: negar a prorrogação pois a justificativa não é suficiente. Para novo pedido o discente deve apresentar a renovação do consentimento com as lideranças Ava-Guarani e com a comissão Yvyrupa, ou que a justificativa considere uma mudança de tema. Antes da votação a professora Antonella retoma a palavra afirmando que o parecer do colegiado sobre esta questão deve reforçar a sugestão de mudança de tema. A coordenadora retoma o encaminhamento para votação, tal como está descrito acima. Nova discussão é aberta pela professora Edviges que menciona que na mudança de tema o discente não deve falar de guarani. A coordenadora aponta que isto não estava na discussão, até mesmo porque o colegiado levantou a possibilidade de uma tese teórica ou histórica, e pergunta se esse é o entendimento de todos. O professor Bruno comenta que uma tese histórica tem mais chances de revisionismo, pois a etnografia coloca certos limites na pesquisa. A professora Edviges insiste que é “não guarani”. A professora Letícia se manifesta no chat dizendo que já se trata de outra coisa e a professora Flávia pede a palavra com uma dúvida de compreensão. Ela comenta que não entende “guarani” como um tema e sim como um povo. A professora Edviges responde que a um campo de investigação e que há “guaranilogos”. A professora Flávia retoma que Guarani é um povo, não é um tema. A coordenadora concorda com a professora Letícia e com a professora Flávia, indicando que se ponderou solicitar ao aluno foi uma mudança de enquadramento de tese. A professora Letícia pergunta no chat se no caso de uma tese teórica ou histórica a questão ética se aplicaria, tendo em vista que não haveriam interlocutores diretos. A professora Antonella comenta que se deve seguir a carta e que se a carta diz e o que se retirou em termos de consentimentos, e retoma o encaminhamento do professor Rafael. O professor Bruno comenta que não podemos impedir que ele escolha um tema histórico ou teórico, e nem mesmo escolher um tema para ele. A professora Flávia retoma a palavra comentando que uma coisa é o tema, outra coisa é a abordagem e uma terceira coisa são os interlocutores, são coisas diferentes e questiona qual limitação o PPGAS podes exigir. O que estamos respeitando é a exigência do próprio povo, que diz que ele não pode fazer a pesquisa a partir dos dados que ele construiu no trabalho de campo até então e todos estão de acordo com relação a isso, mas o recorte que ele vai fazer e a abordagem que a tese vai trazer é outra discussão. A coordenadora solicita ao professor Rafael repetir a sua proposta de encaminhamento. O professor diz que o

aluno resubmeta o pedido de prorrogação com justificativa substanciada com relação à renovação do consentimento informado e da negociação com a comissão Yvyrupa a respeito da continuidade da pesquisa ou indique uma mudança na pesquisa. O professor comenta que em caso de mudança de tema isso ainda precisaria ser discutido e que, como parte da comissão de orientação, não sabe como isso seria. Lembra que o que está em jogo neste momento é a continuidade ou não da pesquisa. A coordenadora refaz o encaminhamento para votação sugerindo que a mudança na pesquisa, se for o caso, volte para a comissão de orientação em momento oportuno. Todos manifestam acordo com o encaminhamento e a votação é encerrada com a negação do pedido de prorrogação. A professora encerra o ponto da comissão de ensino, mas diz que gostaria de comentar alguns aspectos. Menciona que algumas falas levantaram acusações sobre os encaminhamentos da coordenação em relação a este caso. Comenta que é difícil lidar com estas acusações pois parte do trabalho envolve outras dimensões que muitas vezes não aparecem na reunião. A professora lembra ao colegiado que foi feita uma primeira reunião extraordinária, ainda em fevereiro deste ano, a respeito deste tema, quando surgiu a carta da ABIA e o pedido nesta carta de desligamento de um aluno. Naquele momento se discutiu a gravidade de desligamento de um aluno sem considerar os aspectos todos que envolvem esta decisão e encaminhou-se a formação de uma comissão para acompanhar o caso, e não para fazer uma sindicância ou qualquer coisa do gênero, mas para ajudar a pensar possibilidades futuras de problemas como esse. Nesta reunião não estava a profa. Jean Langdon, que é a orientadora principal deste aluno, pois ela estava em campo, mas ela própria havia sugerido em comunicação com a coordenação a possibilidade de uma comissão de orientação, e o colegiado considerou essa possibilidade interessante. Essa comissão que hoje orienta o aluno, com duas coorientações é um pedido da professora Jean Langdon, que escolheu o professor Jeremy e o Professor Rafael para esta comissão. A professora menciona ainda que esta decisão foi tratada em reunião e que está inclusive gravada. A coordenadora reitera que tudo passou pelo colegiado. A professora comenta que há sim decisões coletivas que nos desagradam, a ela, inclusive, desagrada ser coordenadora do PPGAS, mas que, por um compromisso de trabalho com os colegas, ela está representando este colegiado. Assim, o mínimo que pede ao colegiado é um pouco de confiança e de consideração com o ambiente de trabalho. Lembra que se tratam de pessoas tentando resolver problemas. Mais uma vez afirma que todas as decisões que foram tomadas estão gravadas e podem ser disponibilizadas para todas as pessoas.

**2. Aprovação do Regimento:** a coordenadora comenta que, como o regimento já foi discutido em reuniões anteriores, não será preciso analisar novamente tudo, mas sim retomar os pontos indicados de mudança pela PROPG. Um destes pontos é a definição de quais professores podem fazer parte do colegiado e como. As categorias de professores Permanentes, Colaboradores e Visitantes precisam ser descritas no regimento tal qual se encontra na Resolução 154 da CPG. A professora comenta ainda que em relação aos professores voluntários, a PROPG entende que há uma dimensão administrativa dos programas, que são as reuniões, comissões permanentes, a coordenação, que são parte das atribuições dos professores efetivos. Outra dimensão do programa que seria mais pedagógica e didática que englobaria os professores não efetivos. Nossos colegas voluntários podem permanecer como professores permanentes, mas tem outro estatuto dentro do regimento e da universidade. Além disso, a PROPG pediu para definir o que era um curso de leituras. A professora comenta que definiu no regimento o curso de leituras como equivalente a uma disciplina eletiva. O último ponto se referia as etapas necessárias para a realização das defesas, que deveriam estar descritas. Dadas estas explicações a coordenadora pergunta se alguém tem alguma dúvida. A professora Maria Eugênia pergunta se as bancas podem ser totalmente virtuais. A professora diz que as bancas podem ser feitas virtuais, mas precisa ser gravadas se for totalmente virtual. Se a presidência da banca e o discente estiverem presencialmente na UFSC a banca não precisa ser gravada. A professora Antonella pergunta porque é preciso ter uma reunião mensal, se não

podemos ter outra temporalidade, sugere que se coloque no regimento “no mínimo a cada dois meses”. A coordenadora pergunta se estão todos de acordo com as mudanças e todos aprovam.

**3. Aprovação do pedido de pós-doutorado de Miriam Santini Abreu:** a coordenadora informa que a candidata é formada em jornalismo e fez uma disciplina de antropologia urbana no PPGAS. Sua pesquisa é sobre a rua como conceito e como prática no jornalismo. Sua questão é sobre a construção do urbano no jornalismo. A candidata tem uma interlocução com a professora Alcía, publica na revista do NAUI e em outros canais, nessa interface entre jornalismo e antropologia urbana. O pedido da candidata é por um pós-doutorado de seis meses, começando em 01 de junho e finalizando em 31 de dezembro, com o projeto “A cobertura jornalística dos conflitos na e pela rua, na perspectiva da Antropologia Urbana. A coordenadora informa que aceitou fazer a supervisão do projeto e que toda a documentação enviada está completa. A professora abre a discussão sobre este pedido. A professora Alexandra pergunta se é um edital aberto, da UFSC. A coordenadora agradece a pergunta informa que não se trata de edital, que há duas possibilidades de ingresso no pós-doutorado no programa. Por editais, que envolvem bolsas, ou por pedidos avulsos que os candidatos fazem diretamente aos supervisores. No caso desta candidata, como ela trabalha, o pós-doutorado não envolve bolsa. Não havendo mais manifestações a coordenadora coloca em votação e todos votam favoravelmente ao pós-doutorado.

**4. Aprovação da solicitação de banca de qualificação de projeto de mestrado de Ismael Higor Cardoso** intitulado “Dor consentida: o processo de ressignificação do corpo através da tatuagem para sobreviventes de suicídio”, marcada para 10 de maio de 2022. A banca havia sido aprovada ad referendum pela coordenação e após detalhamento da banca o pedido é aprovado por unanimidade.

**5. Aprovação de solicitação de banca de qualificação de projeto de dissertação de mestrado de Gabriel Dario Lopez Zamorra** intitulado “Empreendedorismo de direita em Telegram: práticas e estratégias neoliberais autoritárias através de talkatives em ecologias multiplataformas”, marcada para 26 de maio de 2022. Após detalhamento da banca o pedido é aprovado por unanimidade.

**6. Aprovação de solicitação de banca de qualificação de projeto de dissertação de mestrado de Jonatan Stritar Alaman** intitulado “Subjetividades em movimento: escorts brasileiros e transnacionalização dos mercados do sexo em Portugal”, marcada para o dia 27 de maio de 2022. Após detalhamento da banca o pedido é aprovado por unanimidade.

**7. Comissão de regimentos e procedimentos institucionais:** a coordenadora passa a palavra a professora Edviges. A professora comenta que parte do que ela gostaria de dizer já foi apontado antes e que diz respeito à sua avaliação sobre a condução da situação do discente Diogo. Fala da formação da comissão de regimentos e procedimentos institucionais como forma de compreender as implicações da situação. A professora comenta que a comissão ouviu o aluno, a pedido dele, em presença de seu advogado, e que deveria ouvir a comissão Yvyrupa. A professora aponta que a comissão nunca realizou uma avaliação final e demonstra seu descontentamento, pois enviou e-mails à comissão e à coordenação para a continuidade dos trabalhos da comissão, mas não obteve resposta e quando a resposta veio foi insatisfatória. A professora prossegue afirmando que insistiu na comunicação apontando a necessidade de uma avaliação final e das posições de cada um. A professora considera colonialista e racista a posição dos outros professores da comissão e da coordenação. Comenta que o professor Rafael assumir a coorientação foi um processo atropelado e que ninguém foi informado da comissão de orientação. A professora comenta que se sentiu usada pela comissão e coordenação, considera que isso também a prejudicou no IBP, pois foi excluída do Instituto Brasil Plural. Afirma ainda que não é gratuito que as coisas aconteçam dessa forma e que isso aconteceu porque ela se posicionou sobre a situação do discente Diogo, sobre seu projeto ser nocivo aos Guarani. A professora diz que gostaria de deixar este registro, de sua tristeza sobre essa situação. Pergunta se está falando com colegas no colegiado ou com inimigos, comenta que está se sentindo desconfortável e que gostaria de deixar esse lamento escrito e retoma o assunto

de sua exclusão do IBP e do não financiamento por parte do instituto para o evento EMBRA, organizado por ela, que é importante para o departamento e o PPGAS. A professora Viviane toma a palavra e reitera que todas as decisões foram tomadas no colegiado e estão em reuniões gravadas. Lembra que a comissão foi elaborada por ocasião da reunião de fevereiro e que a coordenação recebeu diversos e-mails do aluno e de seu advogado, e que toda a comunicação está sendo mediada pela Procuradoria da universidade, tendo em vista que são respostas oficiais. A coordenadora ainda aponta que chamar ou não a comissão Yvyrupa dependia de outros fatores, um deles o entendimento da coordenação de que, uma vez a carta sendo endereçada ao pesquisador, caberia a ele, em um primeiro momento, buscar a solução deste impasse. O segundo fator se refere a responsabilidade da coordenação de não implicar alunos e ex-alunos hoje atuantes na Yvyrupa e na ABIA sem antes conseguir uma conciliação com este discente, que se sentia perseguido, já que há um pedido em análise na procuradoria da universidade de envio de toda a documentação referente a situação deste aluno para seu advogado, o que inclui atas das reuniões e e-mails da coordenação, entre outros documentos. A professora ainda comenta que o aluno foi ouvido pois estava sem orientação, na medida em que a Profa. Jean Langdon havia inicialmente declinado da orientação antes de conseguir falar com a coordenação do PPGAS. A coordenadora ainda reforça que a orientação da Procuradoria da universidade foi de evitar uma comissão de sindicância, pois isso acabaria gerando mais problemas para o programa. A professora Antonella toma a palavra e diz que mesmo que tenha sido tratado em reunião, não havia ficado claro para ela que havia uma comissão de orientação e que entende que em termos do programa, pensa ser importante ouvir a Comissão Yvyrupa. Considera que faltou apresentar qual o resultado da comissão e que não compreende o que significa implicar ou expor as pessoas ao chamar a comissão Yvyrupa para falar. A coordenadora reitera que o e-mail da coordenação é público, e uma vez que as cópias são solicitadas, todos que enviaram e-mail sobre este tema estão de alguma forma implicados. O professor Rafael toma a palavra para dizer que precisa sair da reunião para a aula, mas que gostaria de comentar que considera ser diferente ouvir a Yvyrupa depois das tentativas de negociação do discente, pois estaria desfeita a possível condição de sindicância que a comissão poderia tomar. A coordenadora comenta que o fim da comissão possibilita ouvir a Yvyrupa no contexto do colegiado, para discussões mais amplas, que não somente este caso, pois finalizando essa comissão e o encaminhamento dessa pesquisa tomando outros rumos, ouvir a comissão Yvyrupa tem desdobramentos mais relacionados ao PPGAS como instituição que pesquisa com essas populações, do que um caso específico. A comissão pode no ajudar a pensar questões futuras relacionadas a isso, já tendo uma solução encaminhada pelo próprio pesquisador. A coordenadora reforça que não está agindo sem a orientação da procuradoria da UFSC nesta situação. A professora Edviges retoma a palavra reiterando que se sentiu usada no caso da comissão, de não ter sido informada das decisões e de não ter recebido nem mesmo um agradecimento. Cobra que a comissão Yvyrupa deve ser ouvida, aponta que a coordenação tomou decisões que não foram transparentes, pois fica-se sabendo das coisas aos pedaços, que houve muita falta de comunicação. A professora comenta que poderíamos ter resolvido isso de forma melhor e afirma mais uma vez que houve desconsideração em relação as suas análises sobre a situação. A professora Flávia pede a palavra e aponta para a preocupação de uma judicialização ou não deste caso. Fala a partir de sua atuação no campo da Antropologia Jurídica, da Antropologia do Direito sobre a ideia de lógica do contraditório, no que concerne à produção de verdades. Aponta que é diferente do princípio do contraditório do direito, que seria o direito à ampla defesa das pessoas e acesso a informação de maneira equivalente entre as diferentes partes. Já a lógica do contraditório se relaciona com a tradição inquisitorial e se constitui como uma ação de divergência e de impossibilidade de construção de consenso, uma forma de produção de verdade infinita. Assim, acusação e defesa ao invés de, sobre os mesmos fatos, os mesmos elementos, as mesmas provas, tentarem construir um consenso, divergem nas

versões das interpretações desses documentos, desses dados, desses fatos, de modo a construir verdades inconciliáveis e a figura de uma autoridade superior – o juiz no caso – teria o poder de decidir qual está certa. A professora comenta que ao acompanhar este debate ao longo das reuniões e tendo acesso aos documentos que estão no e-mail da coordenação como vice-coordenadora, identifica que a configuração de nosso debate se dá justamente nesta lógica do contraditório. A professora aponta que a materialidade da discussão não se encaminha para a construção de consenso, como fizemos no ponto de pauta anterior. Reitera ainda, como outros professores, que Diogo é aluno do programa e este é o ponto que precisamos estar atentos e de onde devemos partir. Para a professora, não podemos ficar disputando, no colegiado, quem tem a verdade mais verdadeira, pois sabemos que isso não existe. A professora fala da preocupação com a materialidade, e a possibilidade de uso das informações que temos construído sobre esta situação, contra o próprio programa institucionalmente. Por isso considera importante que o discente, como antropólogo, atue para resolver a questão. A coordenação e a representação discente solicitam que o ponto de pauta sobre a resolução de bolsas seja encaminhado para a reunião seguinte e todos concordam. O representante Fábio Alex pede a palavra, diz que também fazia parte da comissão de regimentos e procedimentos institucionais junto com a aluna Bianca de Genaro e que ambos já estavam desconfortáveis, pois são os que teriam mais a perder com toda a situação. Comenta ainda que Bianca pesquisa os Guarani e está em campo neste momento, e que a situação é delicada para sua continuidade na comissão. Comenta que isto é algo para se pensar com muita atenção, mesmo para aqueles que estão distantes da etnologia indígena, relembra a CPI da FUNAI, a votação do marco temporal e o questionamento que se faz da antropologia em sua prática. A coordenação lembra que ainda há reunião do departamento depois desta reunião e pede para encerrarem a discussão após a fala da professora Maria Eugênia. A professora Maria Eugenia diz que será breve, mas que gostaria de comentar suas impressões a partir das reuniões. Comenta que para ela as decisões estão claras e não considera que há falta de informações, que não observou decisões atropeladas e que acompanhou a decisão de retomada da orientação pela professora Jean Langdon e a formação da comissão de co-orientação. Comenta que não gostaria que a coordenação e as pessoas que estão acompanhando essa situação tão delicada ficassem com uma impressão de que o conjunto de colegas não concorda com a maneira que as coisas estão sendo encaminhadas. Considera que a delicadeza da situação exigiu certa discrição e uma série de cuidados. A coordenadora agradece as falas e comenta que, não sendo um ponto que exige votação, encerra-se a reunião. Nada mais havendo a registrar, foi encerrada a reunião da qual eu, Arelly Cecília Silva Padilha, Técnica Administrativa em Educação, lavrei a presente ata que, após lida e aprovada, será assinada por mim e pelos demais presentes.